

---

## Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

A Justiça Federal aceitou denúncia do Ministério Público contra o acionista majoritário do grupo Safra, Joseph Yacoub Safra, e outros cinco acusados de envolvimento no pagamento de propina para influenciar julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A denúncia foi feita no fim de março e é mais um desdobramento da operação zelotes, que investiga casos de corrupção no Carf, órgão recursal para multas da Receita Federal. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

### Falta um motivo

No que depender do Supremo Tribunal Federal, o pedido de afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ajuizado pela Procuradoria-Geral da República, não será julgado tão cedo. Os ministros ainda não se convenceram de que existe um motivo jurídico forte o suficiente para tirá-lo da cadeira. Adiar a análise do caso foi a solução encontrada para não precisar declarar oficialmente que Cunha pode permanecer no cargo. Uma decisão desse tipo daria ainda mais poderes ao parlamentar nesse momento de crise, e isso o tribunal quer evitar. As informações são do jornal **O Globo**.

### Em benefício próprio

Ainda segundo **O Globo**, os ministros do Supremo declaram, em conversas reservadas, estarem convencidos de que Cunha utiliza o cargo para se beneficiar no processo que corre contra ele no Conselho de Ética da Câmara, para tentar prejudicar Dilma no pedido de *impeachment* e também para ameaçar adversários. Entretanto, esse motivo não teria respaldo em lei para justificar que ele seja afastado do cargo. No tribunal, o entendimento é pacífico de que um parlamentar só pode deixar o mandato em caso de condenação judicial. Ainda assim, essa determinação cabe à Câmara, e não ao Judiciário. Cunha responde a uma ação penal e a dois inquéritos no STF. Não há previsão para o julgamento final.

### Estratégia contra o *impeachment*

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, usará em defesa da presidente Dilma Rousseff no processo de *impeachment* no Senado supostos novos "desvios de poder" que teriam sido feitos por Cunha durante a votação do último domingo (17/4) e uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Segundo Cardozo, durante a sessão, Cunha deveria ter advertido ao microfone que os parlamentares não poderiam levar em conta, para seus votos, fatos ligados a Petrobras e Pasadena, conforme decisão do STF. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

### Alegações finais

A defesa do ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores João Vaccari Neto apresentou as alegações finais em um processo da 17ª fase da operação "lava jato" a qual ele responde. Os advogados pedem que o cliente seja absolvido e relataram falta de provas por parte do Ministério Público Federal. A defesa sustenta que Vaccari virou alvo de delatores da "lava jato" por ser ex-tesoureiro do PT. O ex-tesoureiro está preso no Complexo Médico-Penal em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. As informações são do portal **G1**.

### Colaboração premiada



Procuradores da força-tarefa da operação “lava jato” têm resistido a aceitar o acordo de colaboração proposto por advogados da mulher do marqueteiro João Santana, Monica Moura. Eles suspeitam de que ela sabe mais informações sobre a origem de recursos que abasteceram campanhas do PT, tanto em caixa um quanto em caixa dois. Monica já contou que o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do BNDES Guido Mantega intermediou o pagamento de caixa dois para a campanha pela reeleição de Dilma Rousseff em 2014. As informações são do jornal **O Globo**.

### **Propina Tucana**

Ao mapear as movimentações financeiras da Andrade Gutierrez, a “lava jato” encontrou repasses de R\$ 45 milhões feitos pela empreiteira para duas empresas de fachada ligadas a um dos acusados de operar propinas no esquema de corrupção na Petrobras que estão relacionados a três importantes obras do governo de São Paulo, durante as gestões dos tucanos José Serra (2007-2010) e Alberto Goldman (2010). As informações são do jornal **Estado de S. Paulo**.

### **Contas no exterior**

O ex-presidente da Andrade Gutierrez Otávio Azevedo terá de complementar o acordo de delação premiada firmado por ele e acrescentar dados sobre contas do grupo fora do Brasil que foram usadas para pagar propina no valor de US\$ 6,42 milhões no esquema da Petrobras. Terá que explicar também pagamentos analisados pela Polícia Federal a partir da quebra de sigilo de uma conta no Brasil que foi usada para pagar suborno. O complemento de informações foi acertado com procuradores da força-tarefa da operação “lava jato” em Curitiba. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

### **Lista da Time**

Depois de aparecer numa lista da revista *Fortune* como um dos 50 líderes mais influentes do mundo, o juiz Sergio Moro foi incluído na tradicional relação das 100 pessoas mais influentes do mundo da *Time*, outra publicação americana. Único brasileiro da lista, Moro, incluído na categoria Líderes, aparece ao lado do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, dos dois principais candidatos a sucedê-lo, Hillary Clinton e Donald Trump, da chanceler Angela Merkel e dos mandatários da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Xi Jinping. Na categoria também está o ditador da Coreia do Norte, Kim Jong-un. O magistrado de Curitiba é chamado pela publicação, que dividiu a lista nas categorias Líderes, Pioneiros, Titãs, Artistas e Ícones, de “SuperMoro”, e sua popularidade é descrita como similar à de um astro do futebol. As informações são do jornal **O Globo**.

### **Denúncias contra o vice**

O engenheiro José Antunes Sobrinho, um dos donos da Engevix, mencionou o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o caixa da campanha presidencial de 2014 em proposta de delação premiada que está sendo negociada com a Procuradoria-Geral da República. Segundo ele, a Argeplan, uma empresa de arquitetura de São Paulo que seria ligada a Temer, ganhou licitação de R\$ 162 milhões da Eletronuclear para operar na usina de Angra 3 em 2012. As informações são da **Revista Época**.

### **Novo desmembramento**

A Polícia Federal pediu ao ministro Teori Zavascki, relator da “lava jato” no Supremo Tribunal Federal, para dividir em quatro o inquérito que apura fraudes na usina de Angra 3. O delegado Michael de Assis Fagundes, responsável pelo caso, informou que quatro fatos distintos são investigados e que é preciso



---

separar os casos para permitir uma coleta adequada de provas. Ele pediu um inquérito para apurar se o advogado Tiago Cedraz, filho do ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz, recebeu pagamentos mensais de R\$ 50 mil para repassar informações privilegiadas para a empreiteira UTC em julgamentos. As informações são do jornal **O Globo**.

### **Uber faz acordo**

A empresa que opera o aplicativo de transporte alternativo Uber aceitou pagar até US\$ 100 milhões como parte de um acordo extrajudicial para encerrar um processo coletivo e permitir que o serviço mantenha motoristas como terceirizados independentes na Califórnia e em Massachusetts. A ação judicial argumentava que os motoristas do Uber eram funcionários da empresa e, por isso, estavam sujeitos a reembolsos de despesas. As informações são do portal **G1**.

### **Novas eleições**

Em tramitação no Senado desde a última terça-feira (19/4), a proposta de emenda constitucional que prevê novas eleições presidenciais em outubro abriu uma cisão no meio jurídico sobre a sua legalidade. Assinada por 30 parlamentares, incluindo oito senadores do PT, a matéria ainda teria de passar por duas votações, no Senado e na Câmara, em tempo hábil para o pleito. As informações são do jornal **Correio Braziliense**.

### **OPINIÃO**

Em artigo publicado no jornal **O Globo**, o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, responde ao cineasta José Padilha, que acabou de fechar um contrato com a norte-americana Netflix para a elaboração de seriado baseado na operação “lava jato”. Em artigo, publicado no mesmo veículo, o cineasta defendeu haver “evidências irrefutáveis” contra o ex-presidente para justificar sua prisão e condenação pelo juiz Sergio Moro. O advogado diz que não há provas contra o ex-presidente e que “talvez esse seja o enredo que o cineasta sonhe para dar maior atratividade ao seriado já comercializado no exterior”. E destaca: “Normalmente, as autoridades usam o Direito Penal do fato, segundo o qual, a partir de algo concreto, que pode configurar um crime, é feita uma investigação para apurar o autor do ilícito. Em relação a Lula foi adotado o Direito Penal do autor. Escolhida a pessoa passa-se a buscar um fato que possa incriminá-la. Essa metodologia é ilegal e atenta contra o Estado Democrático de Direito”.

**Autores:** Redação ConJur